

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

CNPJ 01.396.770/0001-68



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas
Em cumprimento aos dispositivos legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração, as demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros ("MAPFRE RE" ou "Resseguradora"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, em consonância com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).
O ano de 2023, manteve a tendência vista desde meados do segundo semestre de 2022, de aumento nos custos de proteção de resseguro. Os portfólios que apresentam elevada sinistralidade e/ou margens de resultado insuficientes, vem tendo seus custos de proteção corrigidos para fazer frente a esta nova realidade de mercado, a busca de retornos positivos para compensar incrementos nos custos de capital e correção dos resultados acumulados. Para a MAPFRE RE, não foi diferente, a empresa segue buscando ter em seu portfólio, carteiras estáveis e de retorno positivo.
Neste ano, a MAPFRE RE, obteve em 31 de dezembro de 2023, um lucro líquido de R\$ 77.762 mil, evidenciando um crescimento de 61% sobre o ano anterior. Com um crescimento de prêmios emitidos de 20%, chegando ao montante de R\$ 1.386.762 mil.
O crescimento da carteira, combinado com nossa política de subscrição prudente e com uma equipe com um profundo conhecimento técnico, permitiu o resultado positivo do exercício mesmo considerados os momentos de incertezas econômicas e políticas, demonstrando o empenho e a confiança da Resseguradora no mercado local.

Com os esforços de crescimento da "carteira de resseguros aceito", a MAPFRE RE possui contratos de retrocessão, avaliados anualmente, cuja finalidade é proteger a carteira em caso de sinistros de intensidade e volatilidade em seu portfólio. O crescimento da carteira e o ajuste do painel de retrocessão geraram uma despesa na rubrica "Resultado com retrocessão" de R\$ 252.440 mil. O índice de sinistralidade do aceite ficou em 74% do prêmio ganho apresentando uma redução de 19 pontos percentuais em comparação ao ano anterior. A Resseguradora registrou um índice de sinistralidade líquido dos efeitos de retrocessão de 86% do prêmio ganho (vide nota 17b). No decorrer do ano, houve aumento de sinistros relevantes no segmento de vida na carteira da Resseguradora o que contribuiu para impactar nos índices de sinistralidade.
As despesas administrativas representaram 1% dos Prêmios Ganhos, mantendo o mesmo índice do ano anterior. Considerando o crescimento elevado da carteira, não houve impacto nas despesas administrativas.
Os investimentos financeiros da Resseguradora representam um montante de R\$ 975.088 mil, com um incremento de 18% em comparação a 31 de dezembro de 2022, demonstrando a solidez e a liquidez da Companhia.
A Resseguradora provisionou o capital investido pelos acionistas no montante de R\$ 18.469 mil, sendo R\$ 17.681 mil utilizando a política de juros sobre capital próprio e R\$ 788 mil de dividendos a pagar, os quais são computados no cálculo dos dividendos obrigatórios previstos no estatuto social da Companhia, o que demonstra mais uma vez, o compromisso da Companhia em remunerar os acionistas.
Em atendimento ao disposto na Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações subsequentes, com base nos dados obtidos em modelos estatísticos, atualiais e financeiros, a MAPFRE RE do Brasil declara ter capacidade financeira de manter até o vencimento os títulos

classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento", detalhados em nota explicativa específica.
Nos últimos anos, a Resseguradora seguiu a estratégia de focar na rentabilidade da carteira, que, mesmo com as variações de mercado e o momento de crise na economia brasileira, manteve estáveis as margens de lucro, o que demonstra a eficiência na gestão de riscos adotadas pela Resseguradora. Neste período adverso houve o crescimento de carteira com diversos clientes que acreditaram na solidez, no conhecimento técnico e na qualidade da atuação da MAPFRE RE.
A Companhia tem como maior objetivo atender com alta performance as demandas de nossos clientes, crescer com sustentabilidade e contribuir com a economia brasileira, sempre com uma postura prudente de subscrição e de excelência técnica nos serviços prestados, focando na diversificação da carteira, inovação e desenvolvimento dos serviços de resseguros.
A divulgação dos honorários de auditoria é publicada anualmente no balanço consolidado do controlador final na Espanha.
A Administração da MAPFRE RE do Brasil aproveita, ainda, a oportunidade para agradecer o apoio e orientações oferecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e às demais autoridades do setor, bem como aos nossos acionistas, parceiros e clientes pela confiança depositada, aos nossos profissionais, pela dedicação, qualidade e técnica nos trabalhos prestados, mantendo a motivação elevada e a cada colaborador que esteve conosco no passado e que deixaram sua marca impressa no desenvolvimento da MAPFRE RE do Brasil.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022		Notas	2023	2022
Ativo				Passivo			
Circulante		1.908.945	1.628.562	Circulante		1.213.024	1.097.136
Disponível		78.859	43.385	Contas a pagar		24.908	17.275
Caixa e bancos		78.859	43.385	Obrigações a pagar	11	21.911	13.858
Aplicações	4	861.172	721.144	Impostos e encargos sociais a recolher		1.017	969
Créditos das operações com resseguros e retrocessão	5a1	502.087	493.944	Encargos trabalhistas		862	692
Operações com seguradoras	5a1	429.453	397.605	Impostos e contribuições	10	5.798	1.756
Operações com resseguradoras	5a1	72.634	96.339	Débitos de operações com resseguros e retrocessão	10	242.609	275.589
Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas	14	458.432	352.475	Operações com resseguradoras	5a2	234.245	265.646
Títulos e créditos a receber		8.384	17.607	Corretores de resseguros		8.364	9.943
Títulos e créditos a receber		102	98	Depósitos de terceiros	9	75.108	98.909
Créditos tributários e previdenciários	6	7.646	17.122	Provisões técnicas - resseguradoras	14	870.399	705.363
Outros créditos		636	387	Não circulante		1.321.494	1.116.641
Despesas antecipadas		11	7	Provisões técnicas - resseguradoras	14	1.321.494	1.116.641
Não circulante		932.354	827.584	Patrimônio líquido	12	306.781	242.369
Realizável a longo prazo		928.305	823.366	Capital social		150.000	150.000
Aplicações	4	113.916	107.276	Reserva de lucros		160.098	100.805
Créditos das operações com resseguros e retrocessão	5a1	10.845	2.434	Ajuste de valor patrimonial		(3.317)	(8.436)
Operações com seguradoras	5a1	10.727	2.255				
Operações com resseguradoras	5a1	118	179				
Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas	14	801.452	707.909				
Títulos e créditos a receber		2.092	5.747				
Imobilizado	7	4.049	4.218				
Imóveis de uso próprio		3.572	3.633				
Bens móveis		477	585				
Total do ativo		2.841.299	2.456.146	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.841.299	2.456.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2023	2022
Prêmios emitidos	17c	1.386.762	1.152.757
Variações das provisões técnicas	17d	(89.122)	(41.485)
Prêmios ganhos	17a	1.297.640	1.111.272
Sinistros ocorridos	17e	(956.499)	(1.035.473)
Custos de aquisição	17f	(16.758)	(14.029)
Outras receitas e despesas operacionais		(3.114)	(1.481)
Resultado com retrocessão	17g	(252.440)	(20.522)
Despesas administrativas	17h	(13.411)	(11.932)
Despesas com tributos	17i	(41.386)	(36.477)
Resultado financeiro	17j	103.377	80.271
Receitas financeiras		247.643	306.793
Despesas financeiras		(144.266)	(226.522)
Resultado patrimonial	102	98	98
Resultado operacional	117.511	71.727	71.727
Resultado antes dos impostos e participações	117.511	71.727	71.727
Imposto de renda	18	(23.530)	(13.686)
Contribuição social	18	(14.994)	(8.720)
Participações sobre o lucro		(1.225)	(1.107)
Lucro líquido do exercício	17.762	48.214	48.214
Quantidade de ações		103.583.085	103.583.085
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,75	0,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

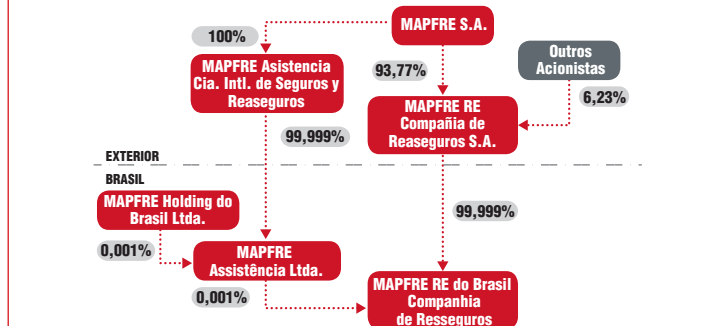
	Aumento de Reservas de lucros				Ajustes de valor	
	Capital social	em aprovação	Legal	Estatutária	patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	100.040	49.960	12.388	54.930	(6.874)	210.444
Aumento de capital						
AGE de 24 de dezembro de 2021 Portaria CGRAJ/SUSEP nº 731, de 16 de maio de 2022	49.960	(49.960)	-	-	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(1.562)	(1.562)
Resultado do exercício						
Proposta de distribuição do lucro do exercício:					48.214	48.214
Juros sobre o capital próprio/Dividendos	-	-	-	-	(14.727)	(14.727)
Reserva legal	-	-	2.411	-	(2.411)	-
Reserva estatutária	-	-	-	31.076	(31.076)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	150.000	14.799	86.006	-	(8.436)	242.369
Ajuste com títulos e valores mobiliários					5.119	5.119
Resultado do exercício						
Proposta de distribuição do lucro do exercício:					77.762	77.762
Juros sobre o capital próprio/Dividendos	-	-	-	(788)	(17.681)	(18.469)
Reserva legal	-	-	3.888	-	(3.888)	-
Reserva estatutária	-	-	-	56.193	(56.193)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	150.000	18.687	141.411	-	(3.317)	306.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, doravante designada por "Resseguradora" ou "Companhia", com sede no Brasil, à Rua Olimpíadas, 242, São Paulo, Capital, CNPJ 01.396.770/0001-68, tem como objetivo social: (a) as atividades de resseguro e retrocessão, tal como previsto na legislação em vigor; e (b) todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no item (a) acima.
O controle acionário da Companhia é exercido pela MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A., sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Espanha, detendo 99,99% de participação societária nas ações ordinárias. A estrutura societária é apresentada a seguir:



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações subsequentes, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Base para mensuração e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Resseguradora é o Real. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; - Notas 3c, 3d, 3e e 5 - Operações com seguradoras e resseguradoras; e - Notas 3j, 3j e 14 - Provisões técnicas; (ii) informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam registrar risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil; - Notas 3c, 3d, 3e e 5 - Operações com seguradoras e resseguradoras; Notas 3j, 3j e 14 - Provisões Técnicas; e Nota 16 - Gerenciamento de riscos; d) **Segregação entre circulante e não circulante:** A Resseguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até 12 (doze) meses e posterior a 12 (doze) meses, respectivamente. A Resseguradora efetuou a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido, como por exemplo, ativos e passivos relacionados às provisões técnicas, têm seus valores divulgados no ativo ou no passivo não circulante por meio de percentuais apurados pelo estudo do Teste de Adequação de Passivo (TAP). e) **Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivadas quando aprovadas pela SUSEP. A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022, referida o CPC 48 - Instrumentos financeiros, estabelecendo novos princípios sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros. Também altera o critério de constituição da redução ao valor recuperável (RVR) sobre os ativos de prêmios a receber e resseguro a recuperar, assim devendo a Companhia elaborar estudo técnico aprovado pela administração e disponível para SUSEP sempre que solicitado. E ainda destaca alterações no teste de adequação de passivos (TAP), que deve ser elaborado para avaliar as obrigações decorrentes dos seus contratos. A Companhia analisa que não haverá impacto significativo em tais alterações. Esta norma está em vigor desde 2 de janeiro de 2024. A IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguros: A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de resseguro. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes e que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Ainda não referendada pela SUSEP.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. **Informação de políticas contábeis materiais:** A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota de Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis). a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários disponíveis em caixa, saldos positivos em conta corrente, investimentos financeiros resgatáveis no prazo de até 90 (noventa) dias entre a data de aquisição e o vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas. b) **Ativos financeiros:** A Resseguradora classifica seus ativos financeiros em seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; e (iii) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação nestas categorias é definida pela Administração no momento do registro inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado

caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Resseguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. ii. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iii. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreendem os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido (líquidas dos efeitos tributários). Quando o ativo financeiro é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período. c) **Contratos de resseguros:** A Resseguradora emite contratos de resseguro que visam fornecer capacidade de cobertura de riscos para as Seguradoras e Resseguradoras (denominadas "cedentes"). O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro visto que é definido como uma operação em que o emiteente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do Pronunciamento Contábil CPC nº 11. d) **Créditos das operações com resseguros e retrocessão:** Compreendem, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras e valores a receber e direitos junto a retrocessionários. A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência objetiva de que as recuperações de sinistros possam estar deterioradas. Essa avaliação leva em consideração as contrapartes envolvidas, classificação de rating por histórico de adimplência, retrocessionários com valores já recebidos e ainda não baixados apresentados na rubrica depósitos de terceiros e acompanhamento intensivo com os retrocessionários em negociação. e) **Prêmios de resseguros e custos de aquisição:** Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos em retrocessão e os custos de aquisição correspondentes às operações de resseguro são registrados na data da emissão dos contratos e apropriados ao resultado ao longo do período de vigência do risco. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes de produção indicada pela cedente (EPI), os prêmios e as comissões são registrados por estimativa e ajustados quando as prestações de contas com os valores efetivos são enviadas pelas cedentes. Os prêmios e as comissões para riscos vigentes não emitidos (RVNE) são constituídos por meio de cálculos estatísticos com base em experiência histórica, visando estimar todos os riscos vigentes dos contratos não proporcionais e facultativos que ainda não foram emitidos, sendo apurados a partir de metodologia atuarial. Essas estimativas são revisadas e recalculadas mensalmente. f) **Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo histórico é reduzido por depreciação acumulada e por perdas de redução de valor recuperável, quando aplicável. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Resseguradora estão divulgadas abaixo:

Grupo de ativos	Vida útil estimada (anos)	Taxa de depreciação (%)
Imóveis	50	2
Móveis e utensílios	5	20
Veículos	5	20
Equipamentos	5	20

g) **Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o seu reconhecimento inicial. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação à resultado, da perda cumulativa reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrerem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. h) **Teste de adequação do passivo:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações subsequentes. Para esse teste, a Resseguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas correntes. Os fluxos de caixa futuros foram definidos a partir de segmentos de negócios e premissas alinhados com a sua gestão dos riscos de resseguro, considerando-se a experiência da Resseguradora no Brasil. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente considerando as taxas a termo da taxa de juros (ETTJ) livres de risco e cupom cambial como definido pela SUSEP. Caso seja identificada insuficiência das provisões de prêmios, deve ser constituída uma provisão complementar de cobertura para reconhecer esse montante. Os ajustes decorrentes de insuficiência nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuadas nas próprias provisões. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos já registrados na data-base. As principais premissas utilizadas no teste foram:

	Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Grupo de ramo	Taxa de juros livre de risco pré-fixada (SUSEP) Sinistralidade
Resseguros de Danos		82,39%
Resseguros de Pessoas		117,37%
i) Provisões técnicas: As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE) é constituída por meio de cálculos estatísticos com base em experiência histórica, visando estimar todos os riscos vigentes dos contratos não proporcionais e facultativos que ainda não foram emitidos, sendo apurado a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial. A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data do balanço, de acordo com a responsabilidade da Resseguradora e atualizada periodicamente com as cedentes. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados e a metodologia de apuração considera a estimativa do montante de indenizações e despesas de sinistros por ano de subscrição dos contratos emitidos, grupo de ramo e tipo de negócio, deduzindo-se os sinistros avisados até a data-base do balanço. Os percentuais utilizados para estimar os sinistros são aplicados sobre os prêmios emitidos nos		

* continuação

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ nº 01.396.770/0001-68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição das aplicações financeiras

Títulos	1 a 360 dias		Acima de 360 dias		Sem vencimento		Valor contábil		Valor curva		Valor justo		Ativos		Total	
	(A)	(B)	(C)	(D=A+B+C)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)	(J)	(K)	(L)	(M)	(N)	(O)	(P)
Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	110.162	751.106	(96)	861.172	860.814	861.228	414	861.172	414	861.172	414	861.172	88,32%	721.144	87,05%	
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:																
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	-	41.612	-	41.612	41.656	41.668										
Fundos exclusivos:																
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:																
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	-	709.494	-	709.494	709.092	709.494										
Operações Compromissadas (b)	110.162	-	(96)	110.162	110.162											
Caixa/contas a pagar	-	-	(96)	(96)	(96)											
Ativos financeiros designados como disponíveis para venda	-	91.011	-	91.011	96.338	91.011	(5.527)	91.011	9,33%	83.993	10,14%					
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:																
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	91.011	-	91.011	96.338	91.011	(5.527)	91.011	9,33%	83.993	10,14%					
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	22.905	-	22.905	22.905	23.311	406	22.905	2,35%	23.283	2,81%					
Fundos exclusivos:																
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:																
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	1.396	0,17%					
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	22.905	-	22.905	22.905	23.311	406	22.905	2,35%	21.887	2,64%					
Total Geral	110.162	865.022	(96)	975.088	980.257	975.550	(4.707)	975.088	100,00%	828.420	100,00%					

(a) Existem saldos registrados nos fundos de investimentos classificados como "Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado", com vencimentos superiores há 1 ano, que podem ser negociados, se necessário, antes mesmo de seu vencimento, os quais estão registrados no Ativo Circulante em razão de sua liquidez imediata e em consonância com Circular SUSEP 678/22, de 10 de outubro de 2022. (b) Composto substancialmente por títulos públicos utilizados como lastro para operações compromissadas, contabilizados pelo custo de aquisição e acrescidos de rentabilidade do período, tendo seu valor contábil muito próximo ao valor de mercado.

Quotas de fundo de investimento e títulos em carteira própria: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). As operações compromissadas são operações de compra e venda de 1 (um) dia com uma taxa prefixada na data da emissão da operação. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Hierarquia do valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Resseguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: * Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; * Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e * Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Resseguradora possui ativos de títulos públicos classificados no Nível 1 e operações compromissadas no Nível 2.

b) Taxa de juros contratada:

Descrição dos títulos	2023		2022	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Operações compromissadas	11,75	11,75	13,75	13,75
LFT	13,75	10,75	13,75	13,75
NTN-F	2,00	2,00	9,00	2,00
NTN-B	8,75	8,50	8,75	8,50

c) Movimentação das aplicações financeiras

Descrição dos títulos	2023				2022			
	Saldo Inicial	Aplicações	Resgates	Saldo final	Saldo Inicial	Aplicações	Resgates	Saldo final
Título								
Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado (a)								
LFT	628.251	592.604	(549.080)	79.331	751.106			
Operações compromissadas	92.950	281.545	(284.026)	19.693	110.162			
Caixa/contas a pagar	(57)	82	(121)	-	(96)			
Ativos financeiros designados como disponíveis para venda	83.993	-	(8.434)	8.770	6.682	91.011		
NTN-F								
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.396	-	(1.396)	-	-	-		
NTN-F	21.887	-	-	-	1.018	22.905		
NTN-B	21.887	-	-	-	1.172	21.887		
Total	828.420	874.231	(843.057)	8.770	106.724	975.088		

(a) O ajuste a VJMR foi reconhecido junto com os rendimentos financeiros em conta de resultado.

Descrição dos títulos

Título	2023				2022			
	Saldo Inicial	Aplicações	Resgates	Saldo final	Saldo Inicial	Aplicações	Resgates	Saldo final
Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado								
LFT	550.627	504.622	(484.020)	57.022	628.251			
Operações compromissadas (a)	6.445	189.320	(117.700)	14.885	92.950			
Caixa/contas a pagar	(68)	64	(53)	-	(57)			
Ativos financeiros designados como disponíveis para venda	88.454	-	(8.434)	(2.842)	6.815	83.993		
NTN-F								
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.390	-	-	6	1.396			
NTN-F	20.715	-	-	-	1.172	21.887		
NTN-B	20.715	-	-	-	1.172	21.887		
Total	667.563	694.006	(610.207)	(2.842)	79.900	828.420		

(a) O ajuste a VJMR foi reconhecido junto com os rendimentos financeiros em conta de resultado.

5. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS E RESSEGURADORAS

a) Operações com seguradoras e resseguradoras

a.1) Créditos das operações com seguros e resseguros

Operações com seguradoras	2023		2022	
	Prêmios de resseguros aceitos estimados - EPI (a)	Prêmios de resseguros aceitos efetivos (b)	Prêmios de resseguros aceitos riscos vigentes não emitidos (c)	Sinistros a recuperar
Prêmios de resseguros aceitos estimados - EPI (a)	71.478	48.954		
Prêmios de resseguros aceitos efetivos (b)	364.019	346.838		
Prêmios de resseguros aceitos riscos vigentes não emitidos (c)	4.683	3.992		
Sinistros a recuperar		276		
Total	440.180	399.860		

Operações com resseguradoras

Operações com resseguradoras	2023		2022	
	Prêmios de retrocessão aceitos estimados - EPI (a)	Prêmios de retrocessão aceitos efetivos (b)	Sinistros a recuperar (d)	Outros créditos a receber
Prêmios de retrocessão aceitos estimados - EPI (a)	1.998	508		
Prêmios de retrocessão aceitos efetivos (b)	494	1.964		
Sinistros a recuperar (d)	65.918	89.587		
Outros créditos a receber	4.342	4.459		
Total	72.752	96.518		

(a) Vide nota 5b2.

(b) Vide nota 5b1.

(c) Vide nota 5b3.

(d) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o estudo não identificou necessidade de constituição de redução ao valor recuperável (RVR).

a.2) Débitos de operações com seguros e resseguros.

Operações com seguradoras e resseguradoras	2023		2022	
	Prêmios de retrocessão cedidos estimados - EPI (a)	Prêmios de retrocessão cedidos efetivos (b)	Prêmios de retrocessão cedidos riscos vigentes não emitidos (c)	Total
Prêmios de retrocessão cedidos estimados - EPI (a)	4.083	13.386		
Prêmios de retrocessão cedidos efetivos (b)	229.052	251.616		
Prêmios de retrocessão cedidos riscos vigentes não emitidos (c)	1.110	644		
Total	234.245	265.646		

(a) Vide nota 5b2.

(b) Vide nota 5b1.

(c) Vide nota 5b3.

b) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos

b.1) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos

Patrimonial	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2023	2022	2023	2022
Rural	164.101	157.209	101.438	96.737
Rural	85.457	66.943	59.765	94.550
Aeronáuticos	29.310	12.382	44.429	30.813
Marítimos	22.428	3.934	15.415	5.125
Pessoas coletivo	19.206	41.183	2.150	2.718
Pessoas individuais	15.130	17.906	2.120	2.065
Transportes	14.134	15.702	1.473	610
Responsabilidade civil	11.656	16.912	1.353	11.278
Automóvel	2.629	2.647	348	1.128
Habitacional	1.425	2.162	561	257
Pessoas individual	10	6.406	-	1.119
Petróleo	-	5.216	-	5.216
Total	364.513	348.602	229.052	251.616

b.2) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

Patrimonial	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2023	2022	2023	2022
Rural	31.064	22.247	1.950	10.148
Pessoas coletivo	21.597	15.473	667	-
Pessoas individual	8.055	5.973	-	58
Automóvel	2.801	865	-	-
Transportes	1.204	982	244	165
Rural	1.115	853	1.071	853
Habitacional	521	614	38	92
Responsabilidade civil	423	2.455	113	2.070
Total	73.476	49.462	4.083	13.386

b.3) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos riscos vigentes não emitidos (RVNE)

Patrimonial	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2023	2022	2023	2022
Rural	2.906	2.509	698	420
Pessoas coletivo	515	587	13	8
Transportes	447	393	83	27
Rural	294	162	208	103
Habitacional	125	93	26	11
Marítimos	87	26	15	-
Automóvel	86	72	40	39
Responsabilidade civil	83	72	8	4
Aeronáuticos	80	11	13	-
Riscos financeiros	50	67	6	32
Total	4.683	3.992	1.110	644

(*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Débitos de operações com seguradoras" e "Operações com resseguradoras". Vide nota 5a1.

(**) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de "Débitos de operações com seguros e resseguros". Vide nota 5a2.

c) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos

c.1) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos

Saldo no início do exercício	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	348.602	278.333	251.616	194.334
Emissões	1.362.057	1.159.266	857.279	688.526
Recbimentos/pagamentos	(1.334.106)	(1.090.992)	(864.425)	(640.860)
Oscilação cambial	(12.040)	1.995	(15.418)	9.436
Saldo no final do exercício	364.513	348.602	229.052	251.616

c.2) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos estimados

Saldo no início do exercício	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	49.462	59.923	13.386	16.644
Constituições	506.748	406.688	334.317	277.988
Reversões (-)	(482.734)	(417.189)	(343.620)	(281.246)
Saldo no final do exercício	73.476	49.462	4.083	13.386

c.3) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos riscos vigentes não emitidos

Saldo no início do exercício	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2023	2022		

★ continuação

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ nº 01.396.770/0001-68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como teste de adequação de passivos, análises de sensibilidade, indicadores de solvência de capital, dentre outros. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos com resultados de alta avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: **Comitê de Direção**, este comitê tem por finalidade zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Resseguradora, bem como definir a estratégia de negócios, atuando sempre em conformidade com as diretrizes e regras definidas pela MAPFRE RE, **Companhia de Resseguros S.A.**, matriz da Resseguradora. **Comitê de Auditoria**: é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Comitê Diretivo no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Comitê de Direção o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de Investimentos**: constituído pela MAPFRE Investimento Ltda. e tem por objetivo orientar a MAPFRE RE do Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e a estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessora no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE. A Administração revisa e estabelece políticas para gestão dos riscos de resseguro, crédito, liquidez, mercado e operacional, os quais são resumidos a seguir: **Risco de resseguro**: O principal risco para a Resseguradora nos contratos de resseguro é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas de sinistralidade para os contratos. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua severidade, valores efetivamente pagos e o histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Resseguradora é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros. A diversificação de riscos é também melhorada por meio de seleção criteriosa e a implementação de diretrizes prudenciais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes. As diretrizes de avaliação de riscos são mensuradas conforme critérios estabelecidos pela MAPFRE RE, **Companhia de Resseguros S.A.** A Resseguradora retém e adquire proteções como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais. Na retrocessão proporcional, a Resseguradora cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. As proteções são compradas em bases não proporcionais. Nas proteções a retrocessionária se compromete a pagar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda da Resseguradora. **Prêmios emitidos por tipo de contrato**: A administração não realiza a segregação dos prêmios por região geográfica brasileira. Para fins de análise de risco, o Brasil é utilizado como uma única região geográfica e a Resseguradora faz a análise de prêmios considerando-o como uma única região.

A tabela abaixo demonstra a concentração dos prêmios emitidos e o comissionamento dos contratos de resseguros por grupo de ramos:

	Prêmios emitidos brutos (a)		Comissões de resseguros (cedentes) (b)		Prêmios líquidos (c) = (a) - (b)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	Patrimonial	899.745	510.837	77.888	23.113	821.857
Rural	227.819	308.244	40.814	67.309	187.005	238.945
Aeronáutico	101.050	110.003	17.517	19.313	83.533	90.690
Pessoas coletivo	115.257	104.548	4.140	7.816	111.117	96.732
Riscos financeiros	55.782	75.355	20.976	25.220	34.806	50.135
Transporte	48.109	45.007	2.901	1.758	45.208	43.249
Marítimo	26.176	8.802	873	238	25.303	8.564
Responsabilidade civil	29.745	60.642	2.994	9.852	26.751	50.790
Pessoas individual	27.049	63.370	43	101	27.006	63.269
Automóvel	14.371	12.083	1.398	1.010	12.973	11.073
Habitacional	12.882	16.827	1.579	5.141	11.203	11.886
Total	1.557.885	1.313.718	171.123	160.961	1.386.762	1.152.757

A tabela a seguir demonstra a concentração dos prêmios emitidos líquidos dos contratos de retrocessão por grupos de ramos:

	Prêmios emitidos líquidos (a)	
	2023	2022
	Patrimonial	307.509
Pessoas coletivo	98.977	94.180
Pessoas individual	27.006	60.150
Riscos financeiros	28.263	42.278
Transporte	35.854	38.868
Automóvel	9.961	6.961
Responsabilidade civil	8.894	11.530
Habitacional	9.102	10.357
Rural	8.199	4.826
Aeronáutico	2.167	1.026
Marítimo	2.389	3.214
Total	538.321	466.845

	Prêmios emitidos líquidos por moeda	
	2023	2022
	Real - BRL	512.232
Dólar - USD	26.089	32.432
Total	538.321	466.845

Principais premissas

A principal premissa relativa às estimativas de passivos é a evolução de sinistros futuros da Resseguradora que seguirá um padrão semelhante ao de sinistros passados. Isso inclui premissas relativas ao custo médio de sinistros, custo de tratamento de sinistros, fatores de inflação sobre o valor e número de sinistros para cada período, tendo o fato que não observamos nenhum fator futuro que altere esta premissa.

Sensibilidade

Os passivos de contratos de resseguro dos ramos elementares são sensíveis às principais premissas apresentadas abaixo. A análise a seguir é realizada para variações razoavelmente possíveis nas principais premissas, mantendo todas as demais premissas constantes, mostrando o impacto sobre passivo bruto e líquido, lucro antes dos impostos e patrimônio líquido. A correlação de premissas terá um efeito significativo na determinação do passivo por sinistros, contudo, para demonstrar o impacto de mudanças nas premissas, essas tiveram que ser alteradas de forma individual. As variações nas referidas premissas não são lineares.

Os percentuais de variação das premissas são calculados com base na variação dos sinistros incorridos considerando a média dos últimos 36 (trinta e seis) meses sendo aplicados sobre a Provisão de Sinistros líquida dos efeitos de retrocessão.

	2023					
	Variação das premissas	Bruto de retrocessão	Líquido de retrocessão	Impacto sobre o lucro antes dos impostos	Impacto sobre o patrimônio líquido (*)	
Elevação nas provisões de sinistros	1,84%	(32.806)	20.651	(12.155)	(7.293)	

(*) O impacto sobre o patrimônio líquido reflete ajustes de impostos.

Tabela de evolução de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos sinistros incorridos acumulados pela Resseguradora para cada ano de subscrição dos contratos. Partindo do ano em que o contrato de resseguro foi subscrito, a parte superior do quadro demonstra a evolução dos sinistros incorridos acumulados no decorrer dos anos. Os montantes de sinistros incorridos acumulados variam à medida que as informações mais atualizadas são obtidas por meio das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis na data-base dessas demonstrações financeiras e a tabela de desenvolvimento de sinistros até líquida dos efeitos de IBNR.

Sinistros brutos de retrocessão	Ano de subscrição do contrato														Total	
	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010		2009
Montante avisado de sinistros	197.876	170.402	201.430	213.121	39.939	80.480	10.635	9.241	17.803	31.981	67.099	75.854	25.432	27.790	28.387	1.197.470
No ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Três anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cinco anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Treze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quatorze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de sinistros avisados até a data-base (2023)	197.876	650.234	869.557	935.297	295.170	284.877	111.015	103.755	90.921	169.029	261.970	253.003	194.076	148.778	114.078	4.679.645
Pagamento de sinistros efetuados	52.875	296.409	703.376	739.624	243.015	249.877	84.824	85.822	161.185	189.071	238.696	188.059	145.717	104.505	3.585.453	
Sinistros pendentes - saldo contábil na data-base (2023)	145.001	353.825	166.181	195.673	52.155	34.999	8.618	18.931	5.099	7.844	72.899	14.307	6.017	3.070	9.573	1.094.192

Recuperação de sinistros de retrocessão	Ano de subscrição do contrato														Total	
	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010		2009
Montante avisado de sinistros	147.378	142.771	168.138	195.210	28.853	85.546	3.177	4.408	17.748	12.780	31.647	59.234	12.677	17.222	6.331	933.120
No ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Três anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cinco anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Treze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quatorze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de sinistros avisados até a data-base (2023)	147.378	458.147	542.850	684.368	84.457	137.975	9.011	30.922	48.250	37.025	129.664	169.146	113.688	97.297	50.658	2.740.836
Pagamento de sinistros efetuados	33.750	201.442	432.308	558.506	64.522	115.217	8.808	13.986	47.296	34.956	62.330	168.384	111.452	95.379	42.572	1.990.908
Sinistros pendentes - saldo contábil na data-base (2023)	113.628	256.705	110.542	125.862	19.935	22.758	203	16.936	954	2.069	67.334	762	2.236	1.918	8.086	749.928

A medida que os sinistros ocorrem e existe maior certeza em relação ao seu custo final, o nível relativo de margem mantida deve ser reduzido. Gerenciamento de riscos

Em 20 de julho de 2021, foi publicada a Resolução CNSP 416, que dispõe sobre a implementação da Estrutura de Gestão de Riscos - EGR, que devem considerar minimamente os seguintes riscos:

- Subscrição;
- Crédito;
- Mercado;
- Liquidez;
- Operacional; e
- Continuidade de Negócios.

Adicionalmente, a Companhia está implementando o controle dos seguintes riscos:

- Conformidade;
- Cibernético;
- Estratégico; e
- Tecnologia e Informação.

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Resseguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivo que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte das seguradoras; b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; e c) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de resseguro/retrocessão**: A Administração entende que, no que se refere às operações de resseguros, há uma exposição moderada ao risco de crédito, uma vez que a Resseguradora opera com ampla carteira de clientes, todos supervisionados pela SUSEP e com diversos produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de retrocessão, a Resseguradora está exposta a concentrações de risco com retrocessionárias individuais. Os procedimentos de retrocessão só podem ser alterados e efetivados mediante prévia análise creditícia da contraparte e de autorização expressa da controladora. As aplicações financeiras que demonstram a exposição máxima ao risco de crédito e itens como compromissos futuros, são apresentadas pelo valor bruto, antes do efeito da mitigação, por meio do uso de contratos principais de liquidação ou avais (Nota 5).

Ativos financeiros

Títulos públicos (*)

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 110.162 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 92.950 em 2022), com lastro em títulos públicos.

O sistema de classificação de risco de crédito está fundamentado em uma série de estudos financeiros, combinados com informações mercadológicas processadas de modo a fornecer os principais insumos para a mensuração dos riscos de uma contraparte. Todos os ratings internos de risco são adaptados às diferentes categorias e obtidos de acordo com a política de classificação de riscos adotada pela Resseguradora. Os ratings de risco atribuídos são avaliados e atualizados periodicamente.

A Resseguradora avaliou os ativos e passivos originados de contratos de resseguro e retrocessão, conforme tabela abaixo:

	Agência Certificadora	Rating	2023		2022		Valor Contábil 2023	Valor Contábil 2022
			Ativo (b)	Passivo	Ativo (b)	Passivo		
			Local I	AM Best	A-	458		
Local II	AM Best	A-	29.912	1.743	28.169	40.434	11.281	29.153
Admitida I	Standard & Poor's	A+	720.268	207.785	512.483	556.524	189.894	366.630
Admitida II	Standard & Poor's	A+	13.831	2.398	11.433	11.634	1.518	10.116
Eventual I	Standard & Poor's	A	24.773	2.269	22.504	37.021	5.892	31.129
Eventual II	Moody's	A3	14.630	553	14.077	9.421	553	8.868
Eventual III	Moody's	A3	80.695	9.424	71.271	69.699	36.353	33.346
Eventual IV								

★ continuação

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ nº 01.396.770/0001-68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

g) Resultado com retrocessões		j) Resultado financeiro		Imposto de renda		Contribuição social (a)	
2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Prêmios de retrocessão líquidos	(857.279)	(688.526)	Receitas				
Prêmios de retrocessão estimados - EPI	9.303	3.258	Receitas com títulos de renda fixa	106.724	79.900		
Prêmios de retrocessão riscos vigentes não emitidos	(466)	(644)	Receitas com oscilação cambial	140.917	226.892		
Varição das despesas de retrocessão	55.669	24.806	Outros	2	1		
Varição das despesas de excedentes técnico	339	(624)		247.643	306.793		
Recuperação de sinistros	490.399	558.635	Despesas				
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados IBNR	31.265	66.193	Despesas com oscilação cambial	(143.125)	(225.156)		
Receitas com participação nos lucros	225	589	Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(1.133)	(1.364)		
Outras receitas/(despesas) operacionais	18.105	15.791	Outros	(8)	(2)		
Total	(252.440)	(20.522)		(144.266)	(226.522)		
h) Despesas administrativas			Total	103.377	80.271		
	2023	2022	18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Com pessoal próprio e encargos sociais	(9.289)	(8.789)	Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as apurações de imposto de renda e contribuição social estão assim representadas:				
Com serviços de terceiros	(1.318)	(1.349)	Descrição	2023	2022	Imposto de renda	Contribuição social (a)
Com localização e funcionamento	(814)	(825)	Resultado antes dos impostos e participações	117.511	71.727	2023	2022
Com depreciação/amortização	(260)	(281)	Juros sobre capital próprio	(17.681)	(14.727)	(17.681)	(14.727)
Com publicações	(143)	(110)	Participações	(1.225)	(1.107)	(1.225)	(1.107)
Com publicidade e propaganda	-	(6)	Resultado ajustado	98.605	55.893	98.605	55.893
Com donativos e contribuições	(1.459)	(403)	Adições (exclusões) temporárias:				
Outras despesas administrativas	(128)	(169)	Provisão para participação nos lucros	116	218	116	218
Total	(13.411)	(11.932)	Outras provisões	(11)	68	(11)	68
i) Despesas com tributos			Ajustes RTT	(124)	(124)	(124)	(124)
COFINS	2023	2022	Ajustes (exclusões) permanentes:				
PIS	(33.689)	(29.895)	Multas inadmissíveis	-	153	-	153
Taxa de fiscalização - SUSEP	(6.063)	(5.272)	Brindes	-	316	-	316
Impostos municipais	(1.551)	(1.241)	Doativos e contribuições	1.372	313	1.372	313
Impostos estaduais	(54)	(50)	Lucro fiscal do exercício	99.958	56.527	99.958	56.527
Contribuição sindical	(28)	(18)	Total de imposto de renda e contribuição social	(24.966)	(14.108)	(14.994)	(8.742)
Total	(41.386)	(36.477)					

DIRETORIA		ATUÁRIO	
Diretor-Presidente Ricardo Scacalossi Mariano	Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico Fredri Martins Curquejo	Diretora de Controle Interno Denia de Moura	

CONTADOR	
Daniel Lopes Sousa CRC ISP316764/O-9	Fabio Marcondes de Sousa MIBA nº 1360

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Auditoria da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros é um órgão estatutário de assessoramento do Comitê de Direção, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto de documentos que compõem as demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias externa e interna.

É constituído por 3 (três) membros efetivos independentes e está instituído por meio da ACOE de 31 de março de 2022, na empresa líder MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

Os administradores da Resseguradora são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras abrangida pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares. A Ernst & Young Serviços Atuariais S/S é responsável pela auditoria e emissão de parecer dos Atuários Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia,

também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação das provisões técnicas, dos sistemas de controles internos e do cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente e fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e de controles internos e auditorias interna e externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Colegiado e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras, o sistema de controles internos, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, processo de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidade em que verificou e debateu seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da empresa.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

a) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;

b) As Auditorias Externas são efetivas e as informações por ela fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos; e

c) As demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2023 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo (SP), 26 de fevereiro de 2024

Edgar Jabbour Membro Titular
Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis Membro Titular
Luis Cláudio Ligabue Coordenador e Membro Titular

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS
São Paulo - SP
CNPJ: 01.396.770/0001-68

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessário relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS
CNPJ 03.801.998/0001-11
CIBA 57
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947
Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909
Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes (A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Financeiras, é facultativa)

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2023

Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
Provisão de Prêmios Não Ganhos	467.247
Provisão de Sinistros a Liquidar	1.094.192
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	604.033
Provisão de Excedentes Técnicos	26.421
Provisão Complementar de Cobertura	-
Total de Provisões Técnicas	2.191.893
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
Ativos de Retrocessão Redutores de PSL	749.928
Ativos de Retrocessão Redutores de IBNR	252.817
Direitos Creditórios	197.853
Ativos de Retrocessão Redutores de PPNG	178.659
Ativos de Retrocessão Redutores de PET	4.347
Ativos de Retrocessão Redutores de PCC	-
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	1.383.604
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	Em Milhares de R\$
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	339.607
Capital Base (b)	60.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	120.193
Capital de Risco - Crédito (d)	56.966
Capital de Risco - Operacional (e)	9.198
Capital de Risco - Mercado (f)	22.706
Ganho por Correlação dos Riscos (g)	(35.350)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f) +(g)	173.713
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	173.713
Suficiência do PLA (a) - (i)	165.894

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Avaliação da mensuração das Provisões técnicas de resseguros e do Teste de adequação de passivos (TAP)	
Veja as Notas nº 3(i), 3(j) e 14 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Resseguradora mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de resseguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023: provisão de sinistros a liquidar (PSL) e provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR). Para calcular o teste de adequação de passivos (TAP) e mensurar as referidas provisões técnicas de resseguro, a Resseguradora utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros e taxas de descontos. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de contratos de resseguro citadas como um principal assunto de auditoria dado o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas (IBNR); (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros e taxas de desconto, utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Resseguradora; - na avaliação das estimativas das provisões técnicas (PSL e IBNR) e do teste de adequação de passivos, com base em amostragem; - no cálculo independente, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística, das estimativas do IBNR, incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; e - na avaliação da suficiência das provisões técnicas de PSL e IBNR por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados. (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de sinistros avisados, utilizadas para mensuração das provisões de PSL e IBNR, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas como valores dos sinistros, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.
Mensuração dos prêmios estimados de contratos de resseguro	
Veja as Notas nº 3(e), 3(m.i), 5 e 17(c) das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Resseguradora mantém registros de prêmios estimados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, decorrentes das operações de resseguro, cuja mensuração está fundamentada em estudo técnico. Para elaborar a estimativa de mensuração desses prêmios estimados, a Resseguradora utiliza-se de premissas de expectativa de emissões de prêmios de resseguro com base nos contratos de resseguro subscritos e nos prêmios de resseguro efetivos. Consideramos a avaliação da mensuração desses prêmios estimados como um principal assunto de auditoria dado o julgamento envolvido na determinação das premissas relevantes relacionadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de subscrição de riscos, processo de conciliação das prestações de contas das operações de resseguro e processo de revisão do estudo de prêmios estimados; (ii) na conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos no estudo de prêmios estimados; (iii) testes de precisão das bases de dados de prêmios de resseguros subscritos e efetivos, utilizadas no estudo de prêmios estimados, incluindo o confronto com as bases analíticas suporte aos registros contábeis; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas no estudo dos prêmios estimados, como valores dos prêmios subscritos e prêmios efetivos e datas de registro, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0